



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026.

(Do Deputado Alceu Moreira)

Requer a realização de audiência pública para debater os impactos econômicos no setor agropecuário da jornada de trabalho no Brasil, no âmbito da PEC nº 221/2019 e da PEC nº 40/2025.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada reunião de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o objetivo de debater os impactos econômicos no setor agropecuário da modernização da jornada de trabalho no Brasil, no âmbito da PEC nº 221/2019 e da PEC nº 40/2025. Com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda (MF);
- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ);
- Representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO)
- Representante da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT)
- Representante da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 7º, a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. As Propostas de Emenda à Constituição nº 221/2019 e nº 40/2025 apresentam caminhos distintos de alteração desse regime constitucional.

A PEC nº 221/2019 propõe a redução gradual da jornada semanal para 36 horas, enquanto a PEC nº 40/2025 introduz a possibilidade de o trabalhador optar por regimes





CÂMARA DOS DEPUTADOS

de jornada diferenciados, inclusive por hora trabalhada, assegurando remuneração proporcional e manutenção dos direitos trabalhistas.

Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade: (Artigo com redação dada pela Resolução nº 20, de 2004)

I - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

a) política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional,

destacadamente:

1 - organização do setor rural; política nacional de cooperativismo; condições sociais no meio rural; migrações rural-urbanas;

2 - estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas;

3 - política e sistema nacional de crédito rural;

4 - política e planejamento agrícola e política de desenvolvimento tecnológico da

agropecuária; extensão rural;

5 - seguro agrícola;

6 - política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários, marinhos e da aquicultura;

7 - política de eletrificação rural;

8 - política e programa nacional de irrigação;

9 - vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;

10 - padronização e inspeção de produtos vegetais e animais;

11 - padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias;

12 - política de insumos agropecuários;

13 - meteorologia e climatologia;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

b) política e questões fundiárias; reforma agrária; justiça agrária; direito agrário, destacadamente:

- 1 - uso ou posse temporária da terra; contratos agrários;
- 2 - colonização oficial e particular;
- 3 - regularização domínial de terras rurais e de sua ocupação;
- 4 - aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira;
- 5 - alienação e concessão de terras públicas;

Assim, a realização de audiência pública nesta Comissão permitirá reunir especialistas, representantes dos trabalhadores, do setor produtivo e do Poder Executivo para examinar, de forma técnica e responsável, os efeitos econômicos e fiscais das propostas em tramitação, contribuindo para que o Parlamento disponha de informações suficientes para deliberar com segurança jurídica, responsabilidade econômica e efetividade social.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Alceu Moreira
Deputado Federal

